



Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

ALBERTO DA CUNHA SAMPAIO (1841-1908).

MENDES, José M. Amado

Ano: 1997 | Número: 107

Como citar este documento:

MENDES, José M. Amado, Alberto da Cunha Sampaio (1841-1908). *Revista de Guimarães*, 107 Jan.-Dez. 1997, p. 285-298.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Alberto da Cunha Sampaio (1841-1908)

José Amado Mendes

Revista de Guimarães, n.º 107, 1997, pp. 285-298

Alberto da Cunha Sampaio nasceu em Guimarães, em 15 de Novembro de 1841. Filho do Dr. Bernardino Sampaio Araújo, ao tempo juiz de Direito da comarca de Cabeceiras de Basto, e de Ermelinda Cardoso Teixeira, viria a falecer em 1 de Dezembro de 1908, com 67 anos de idade, na Quinta de Boamense, localizada na freguesia de S. Cristóvão de Cabeçudos, do concelho de Vila Nova de Famalicão (e não de Vila Nova de Gaia como, erradamente, tem sido escrito em várias obras de referência). Historiador notável e escritor de mérito, figura destacada da geração de 70, confidente de Antero de Quental e «conselheiro» de Oliveira Martins, admirador e leitor atento de estudos de Martins Sarmiento e de outros investigadores e intelectuais do seu tempo, a obra e a personalidade de Alberto Sampaio (A.S.) foram mantidas, durante décadas, num relativo esquecimento. Todavia, sobretudo a partir de 1923 - ano da publicação de *Estudos Históricos e Económicos*, em 2 vols., com um bem elaborado e elucidativo prefácio de Luiz de Magalhães, intitulado «Alberto Sampaio e a sua obra», vol. 1, p. V-XXIX, tem-se-lhes dedicado mais alguma atenção. A propósito, merecem ser destacadas as iniciativas levadas a cabo aquando do centenário e dos 150 anos comemorativos do seu nascimento, em 1941 e 1991, respectivamente. Assim, não só foi publicado parte considerável da correspondência de A.S., como lhe foram dedicados diversos estudos, no âmbito do *Congresso Histórico «150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio»* (Guimarães, 15-17 de Novembro de 1991, cujas *Actas* se encontram publicadas). Do que já se conhece da

vida de A.S., pode dizer-se que ela decorreu de forma tranquila e sem grandes sobressaltos. Iniciou «os primeiros estudos numa escola situada em Landim, próximo da sua Casa de Boamense, concluindo-os em Braga por razões que motivaram a estadia de família em Guimarães» (Emília S. Nóvoa Faria). Seguidamente rumo a Coimbra, onde, como seu irmão Alberto da Cunha Sampaio, frequenta e conclui o curso da Faculdade de Direito (1858-1863). Por motivos ainda não esclarecidos - não obstante as diligências efectuadas para tal -, viria a adoptar, temporariamente, o cognome de «Valmar». Assim, à margem de alguns dos registos de matrícula (por exemplo, dos anos de 1858-59 e 1861-62), pode ler-se: «Acrescentou-se o cognome de “Valmar”, por despacho de 27 de Setembro de 1861». Ao invés do que sucedia nos registos anteriores - em que da assinatura só constava Alberto da Cunha Sampaio -, no *Livro de Matrículas do 5º Ano Jurídico, ano de 1862*, já surge a assinatura (do próprio) completa, com o referido cognome: «Alberto da Cunha Sampaio Valmar». Posteriormente, passaria a subscrever-se simplesmente Alberto Sampaio. Concluída a formatura em Direito (29.05.1863) e após uma curta passagem por Lisboa - na companhia de Antero, de quem se tornara amigo em Coimbra, quando ambos frequentaram a Faculdade de Direito, foi no «seu» Minho que decorreu praticamente toda a existência de A.S. A propósito, sublinhou Feliciano Ramos: «Pelos campos, pelas montanhas, entre os vales e rios da província natal, deixou correr a sua vida tranquila, concentrou amorosamente o seu viver. Refugiou-se num sedentarismo jovial e saudável. Teve, como ninguém, o apego à terra dos milheirais e do arvoredos, deu-se a ela pelo coração, e convirá notar que à volta deste pendor do seu temperamento minhotófilo fez girar as suas investigações históricas. Foi o apologista firme das virtudes ancestrais do «homem do Norte», a cuja estirpe se honrara de pertencer» (*Biblos*, 1945). Acrescente-se que, não obstante o que tem sido escrito por vários autores (Portugal, *Dicionário Histórico...*, dir. por Esteves Pereira, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira e Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*), A.S. nem sequer se terá deslocado ao estrangeiro. De facto, até ao presente não foram encontradas provas documentais de que, terminada a formatura, tenha efectuado uma viagem aos Estados Unidos, na companhia de Antero. Também desconhecemos qual a fonte em que Vitor de Sá se baseou para nos dar a seguinte informação: «E quando, três anos mais tarde [1878], o poeta [Antero de Quental] foi mais uma vez a Paris

para tratamento hidroterápico, os dois amigos seguiram juntos de barco até ao Havre. Alberto Sampaio levava por destino visitar a Exposição de Londres, mas, tinham combinado as coisas para fazerem juntos a parte comum da viagem» (V. Sá, *Alberto Sampaio, ontem e hoje*, p.181). Além do mais recorde-se que, no ano referido, a Exposição Universal teve lugar em Paris e não em Londres. Na formação de A. Sampaio devem distinguir-se, entre outros, os seguintes factores: além do curso de Direito - apesar das insuficiências do ensino universitário de então -, o ambiente, intelectual e cultural, que encontrou em Coimbra, numa altura em que chegavam a esta cidade os ecos das mais recentes ideologias que alastravam pela Europa (Proudhon, Michelet, Hegel, Goethe, etc.); uma cuidada actualização bibliográfica, recorrendo não só ao que se ia publicando em Portugal como também noutros países (Espanha, França, Inglaterra, Alemanha), como se deduz, quer das referências encontradas na sua obra, quer do recheio da sua biblioteca (Emília Nóvoa); o diálogo - directo ou epistolar - com alguns dos mais notáveis intelectuais e investigadores seus contemporâneos, desde Antero a Oliveira Martins, de Rocha Peixoto a Luiz de Magalhães, sem esquecer o seu conterrâneo e amigo Martins Sarmiento; por último, mas não menos importante, o profundo conhecimento que possuía do Noroeste português, em geral, e das actividades nele desenvolvidas, em particular. Como é sabido, ele próprio foi empresário agrícola e muito fez para produzir, nas suas propriedades, um vinho de certa qualidade. Antes de sublinhar a actividade de Alberto Sampaio, como historiador - sem dúvida, a mais conhecida, outras facetas da sua acção merecem, igualmente, ser recordadas. Colaborou em diversas publicações periódicas, ao longo de cerca de meio século. Ainda estudante universitário, escreveu alguns artigos nos jornais académicos *O Académico* e *O Fósforo*. Posteriormente viria a colaborar, entre outras, nas seguintes revistas: *Revista de Guimarães*, *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, *Gazeta de Portugal*, *A Província*, *Século XIX* e *Correio das Províncias*. Salvo raras excepções, os seus mais importantes trabalhos, antes de terem sido publicados em livro, foram dados à estampa em revistas. Aquando da sua morte (l.12.1908), podia ler-se em *O 1.º de Janeiro* (n.º 287, de 3.12.1908): «Este homem verdadeiramente superior, que consagrou ao estudo da história do seu país anos de aturadas e pacientes investigações e que tomou parte no movimento literário e científico da sua terra, de que foi

uma das mais culminantes figuras, morre quase obscuro, e a sua obra é apenas conhecida por alguns raros espíritos que se interessam pelos trabalhos do pensamento. Depois de Gama Barros e Herculano, ele foi um dos maiores historiadores portugueses» A.S., além de jornalista (não profissional), foi também escritor: «Escreve dois romances, tinha então 23 anos, publicados no jornal "Século XIX" e um outro folhetim para a "Gazeta de Portugal", o que não deixa de ser uma faceta peculiar no conjunto de toda a sua obra» (Emília Nóvoa). Faceta não menos relevante, na função desempenhada pelo autor, foi a de conselheiro ou consultor de intelectuais e políticos do seu tempo. Como se pode verificar pela correspondência de (ou dirigida a) A.S., era frequente os seus amigos dirigirem-se-lhe, solicitando a sua opinião sobre os trabalhos, a publicar ou recém-publicados, ou mesmo sobre a aceitação, ou não, de cargos de índole política. Por exemplo, Oliveira Martins, para a elaboração do seu *Projecto de Fomento Rural* (apresentado à Câmara em 1887, não chegando a ser discutido), «recorreu à colaboração e ao conselho de Alberto Sampaio, cujo conhecimento, ao mesmo tempo teórico e prático, erudito e técnico, da agricultura no norte do país, lhe era um precioso auxílio para dar ao seu monumental trabalho aquela exequibilidade pronta e segura que deve ser o ideal de todas as criações legislativas» (Luiz de Magalhães). A.S. tinha em grande consideração o autor do *Portugal Contemporâneo*, tendo considerado, inclusive, que «o aparecimento do sr. Oliveira Martins no mundo da política militante foi o maior sucesso de 1885» (*idem*). Acerca do relatório que antecede o referido projecto, sublinhou A.S. : «Quem ler o relatório compreenderá imeditamente a soma de fadiga, que lhe custou. Legislação pátria e estrangeira, tratadistas especiais, história nacional, memórias esquecidas no fundo das colecções, tudo foi necessário estudar e rever». Recusando, sempre, entrar na política activa, A.S. não se escusava, todavia, de se pronunciar sobre as questões do seu tempo, dando sobejas provas de ser um observador atento e arguto, da realidade coeva. Como experiência profissional, havia exercido, durante mais de dois anos (1874-1876), a função de guarda-livros do Banco de Guimarães. Contudo, recusou a oferta da direcção de Agência Financial do Rio de Janeiro. Foi o principal organizador e dinamizador da Exposição Industrial de Guimarães (1884), cujo relatório subscrito, pelo próprio A.S. e por J.J. de Meira, constitui ainda hoje uma fonte imprescindível para a história do artesanato e da indústria vimaranenses, nos anos

1880. Por outro lado, o referido certame ofereceu também o ensejo a A.S. para se pronunciar acerca da necessidade de o país se industrializar. Escrevia o autor, em Janeiro de 1884: «Assentou-se que o país não precisava de ser industrial, que lhe bastava a riqueza da sua produção agrícola, e talvez tão somente obtida com a sua agricultura primitiva. Abandonou-se todo o ensino tecnológico-fabril, assim como se descurou a cultura popular, e o poder central deixou de prestar toda a protecção e incentivo que, aliás, deveria prestar ao fabrico nacional». E prossegue, um pouco adiante: «Melhorar uma indústria rudimentar ou decaída, levá-la ao aperfeiçoamento necessário para satisfazer as necessidades internas, é talvez difícil; exige pelo menos estudo, trabalho, observação e sobretudo muito boa vontade; deixar morrer é fácil, basta cruzar os braços e invocar os princípios de uma teoria cómoda» («Resposta a uma pergunta: Convirá promover uma exposição industrial em Guimarães?», *Estudos Históricos...*). Também no trabalho intitulado *Hontem e Hoje* (idem, p.427-446), A.S. faz judiciosas observações sobre o modelo de desenvolvimento do país, apresentado, ainda que de forma sucinta, «todo o traçado da nossa evolução económica, desde os inícios da monarquia até aos nossos dias» (Luiz de Magalhães). Quanto à obra de A.S. como historiador, merecem destaque o seguintes trabalhos: *As villas do Norte de Portugal (Estudos Históricos e Económicos, vol.I, p.3-254)* e *As Póvoas Marítimas (idem, p.255-369)*. O primeiro foi fruto de vários anos de pesquisa e reflexão. Inicialmente publicado em revistas (*Revista de Portugal, Revista de Guimarães e Revista de Ciencias Naturaes e Sociais*), exceptuando dois dos capítulos, viria a ser finalmente dado a lume, em versão revista e completa na *Portugália* (t. I, 1899-1903, p.97-128; t.II, 1905-1908, p.213-232), do qual também foi feita separata. Propunha-se estudar o «estabelecimento de propriedade e sistema cultural do norte do país», julgando supérfluo enaltecer a importância de tais questões. Contudo, tinha consciência de que iria fazer uma história diferente da que era habitual e, conseqüentemente, menos popular. Sublinhava A.S., no prólogo às *Vilas do Norte de Portugal*: «o autor crê todavia que a poucos leitores agrada uma história sem personagens, faltando-lhe o atractivo que nasce do drama das paixões e do jogo dos interesses; ele porém dar-se-á por satisfeito, se os entendidos a julgarem de algum valor, pequeno que seja, para o conhecimento das origens; se dos elementos que coligiu resultar um esboço, embora rude, do

estabelecimento da propriedade e sistema cultural do norte do país; e se enfim conseguir por esta maneira alargar um pouco o nosso horizonte histórico». O estudo de A.S. constitui, ainda hoje, um dos marcos fundamentais da nossa historiografia. Focando, essencialmente, o Noroeste de Portugal, não deixou, igualmente, de dar um contributo relevante ao estudo de temas referentes ao todo nacional. Por exemplo, ao defender a existência de uma *Espanha romano-gótica*, ao norte, e de outra *Espanha arabizada*, ao sul, sublinhava algumas das características civilizacionais do que Orlando Ribeiro, em nossos dias, viria a designar, respectivamente, por «Portugal Atlântico» e «Portugal Mediterrânico». Por outro lado, também salientou o papel indelével que a romanização exerceu no norte do país, quando comparada com a germanização. A propósito escreveu: «a germanização atacou apenas a superfície; a romanização foi, pelo contrário, uma completa absorção, formando-se sob o seu influxo a definitiva organização social, os costumes e a própria língua-, transformação profunda com tantas faces, como a mesma vida». Nos onze capítulos - que se seguem à introdução - A.S. analisa questões da maior pertinência, desde os aglomerados populacionais à administração, da arquitectura civil às culturas agrárias (sem esquecer a “revolução cultural”, com a introdução do milho), do vocabulário ao sistema de propriedade. Na impossibilidade de desenvolver as achegas trazidas pelo autor - para o que, aliás dispomos já de elementos vários, no prefácio de Maria José Trindade, à 2ª ed. Das *Vilas do Norte de Portugal*, recordem-se apenas algumas das mais significativas. Ao estudar as «civitates» -pequenos povos com organização política autónoma-, para cuja análise recorreu às investigações arqueológicas de Martins Sarmiento (Briteiros e Sabroso), notava acerca da respectiva arquitectura: «As casas geralmente redondas, algumas quadradas, tinham um só compartimento, com o lar provavelmente a meio. As pedras talhadas eram assentadas a seco; pois o uso da argamassa desconhecia-se aqui, como em todas as construções do mundo chamado *celta*». Alude à evolução das culturas, à alimentação, ao papel do pastoreio e da criação de gado, bem como às diversas actividades de tipo artesanal (têxtil, cerâmica, ferrarias, etc.) Um dos aspectos mais inovadores da tese de A.S. diz respeito à origem e evolução das vilas. Em seu entender, «a fundação das nossas vilas, datando da reconquista, efectuou-se desde Augusto por diante». As vilas, superfícies agrárias, ao desmembrarem-se vieram dar origem às

freguesias e aos *lugares*. E conclui o autor: «E assim a *freguesia rural* - molécula fundamental da sociedade portuguesa, foi uma criação espontânea popular, nascida das relações seculares entre os cultivadores dum mesmo prédio ou vizinhos, remontando ao tempo em que Roma ensinou aos habitantes das cidades as suas leis e a sua civilização». A referida tese de A.S., formulada há cerca de um século, apesar de interessante, não pode ser hoje aceite sem discussão, sobretudo tendo em conta os progressos ultimamente registados no âmbito da Arqueologia. Assim, Jorge Alarcão considera-a «mais que suspeita». Formulando dúvidas acerca da cobertura do norte por “*villae*” contíguas como as dessas malhas de uma rede, conclui: «E se as *villae* foram raras no período romano, não podem ser suas herdeiras as *villae* da Reconquista» (Actas...,vol. III, 1980, p.177). Todavia, permanece válida a conclusão de Maria José Trindade (1979) acerca da obra em análise: «Passado quase um século sobre a sua elaboração, *As Vilas do Norte de Portugal*, continua a ser a obra fundamental para compreender a génese da paisagem agrária do noroeste de Portugal, tal como o seu autor pretendeu, mas, ultrapassando os seus desígnios, constitui além disso uma referência essencial para dilucidar a génese da própria nacionalidade» (*Estudos Históricos e Económicos*, I vol., 2ª ed., p.6). Também António Sardinha (1915, p.110), classificando de «extraordinária monografia» as *Villas do Norte de Portugal*, acrescenta: «O ilustre Alberto Sampaio ressuscita o lapso tão assombrado que, por sobre a ocupação latina, prepara os intróitos da Nacionalidade». No que concerna às *Póvoas Marítimas* (idem, p.255-369), A.S. estuda, fundamentalmente, as relações da população com o litoral e com o mar, nos primeiros séculos da monarquia. Ele próprio adverte, ao afirmar: «Nas vilas rurais, constituídas sob o domínio de Roma, fundou-se em bases sólidas e nas principais formas a cultura da terra; sistematizada, fixou-se com tal firmeza que jamais se interrompeu, avançando e melhorando sempre. O trabalho do mar, pelo contrário, só passados muitos séculos se organizou» (idem, p.257). Deste modo, com a ancestralidade e as permanências da vida agrária, contrastava a relativa novidade da actividade marítima, a qual «atinge apenas um certo aperfeiçoamento e importância decisiva pouco depois da independência do condado portugalense». Todavia, ainda que manifestando-se em épocas bem distanciadas, considerava a lavoira e a arte de navegar as duas actividades mais culminantes da nação (idem, p.258). De acordo com

o título, A.S. dedica-se a estudar as «*Póvoas* ou grupos urbanos, nascidos em geral à sombra dos forais, outorgados pelos reis da dinastia burgonhesa, ou por entidades sucedâneas da coroa». Porém, na realidade, o seu estudo excede em muito o respectivo título, pois contempla, igualmente: o contexto geográfico e o papel dos cursos de água e do próprio mar; a conquista de Lisboa (1147) e o seu significado; as actividades marítimas (extracção de sal, pesca e navegação), o comércio internacional, a emigração do interior para o litoral; o papel do norte do país na navegação e no comércio externo, por via marítima, etc. Não deixa de ser curiosa a relação, que estabelece, entre a conquista de Lisboa - tornando o «mar livre» - e a nova dinâmica entretanto criada no litoral nortenho. Assim, destaca: «Estabelecida a segurança do litoral em virtude da tomada de Lisboa, não tardou a revelar-se, nas nossas populações costeiras do norte, uma nova ordem de cousas [...]. Como expressão típica do movimento iniciado, juntamos a produção do sal marinho, a pesca e a navegação» (idem, p.311). A.S. estudou, com algum pormenor, o decreto estivoativo de 1253 que, apesar de incompleto, considerava: «um documento de subido valor para a história da nossa baixa idade média - quase uma feira grande do passado, onde, por entre a desvairada mercadoria necessária ou supérflua, se acotovelam donas e cavaleiros, a burguesia e o povo». Baseando-se nesta e noutras fontes - designadamente nas *Inquirições* - concluiu: « No norte do país achava-se, pois, firmada a marinha mercante de longo curso, muito antes da aquisição de todo o solo nacional». Acrescente-se, ainda, que o crescimento da população costeira - por vezes à custa da do interior - era já notado pelo autor, fazendo-a coincidir «com a nascença ou desenvolvimento da navegação e pesca». Ao finalizar o estudo das *Póvoas Marítimas*, insurgindo-se contra a preferência que era dada aos artigos importados, A.S. afirma: «A Índia acostumou-nos a desprezar as migalhas que são riquezas» (idem, p.369). O autor voltaria ao assunto em dois outros trabalhos - *O Norte Marítimo (Estudo Históricas e Económicas*, vol. I, p.371-423) e *Hontem e Hoje* (idem, p.427-446) - , condenando as descobertas e conquistas, a exemplo do que haviam feito, entre outros, Herculano e Oliveira Martins (R. Ramos, 1997). No primeiro daqueles estudos escreveu A.S.: «Após a tomada de Ceuta, começa essa longa série de desvairados trabalhos das navegações e conquistas» (idem, p.40). E, noutra passagem, acrescenta: «O príncipe chamado *perfeito*, destruindo a independência medieval, as

liberdades e organização municipais, não soube dar às diversas raças uma verdadeira coesão nacional; em vez de uma nação fundou antes uma casa de negócio, cuja prosperidade dependeria tanto de condições fortuitas, como da habilidade do patrão» (idem, p.404). Por sua vez, em *Hontem e Hoje*, volta a frisar, em tom análogo: «O império colonial, não tendo por base o trabalho, era uma fantasmagoria, que a primeira inconstância da fortuna fazia desaparecer tão depressa como nascera» (idem, p.435). Reportando-se mais ao seu tempo - de intensa emigração mas sem esquecer o passado, acrescentava, ainda, noutra passagem daquele estudo: «Ontem como hoje,[Portugal] tem sido sempre uma sociedade de aventureiros. Emudecida sobre as questões referentes ao bem da comunidade, só a interessam a emigração e as aventuras de além-mar» (idem, p.445) . Como é sabido, esta perspectiva, algo negativista, da expansão ultramarina levou Feliciano Ramos a acusar (porventura injustamente) A.S. de estar imbuído de «materialismo históricos». Em conclusão: a obra histórica de A.S., não sendo embora muito extensa, é contudo inovadora, bem fundamentada e estruturada e, em alguns aspectos, até mesmo precursora, no contexto da historiografia nacional. Efectivamente, uma «história sem personagens» usando as palavras do próprio autor, já anteriormente citadas -, a atenção que prestou às pesquisas arqueológicas de Martins Sarmiento, o relevo dado à interpretação histórica, superando o positivismo das fontes, e à história comparada, além das relações que estabelecia entre o passado remoto e tempo presente, constituem facetas de uma estratégia metodológica que só no presente século viria a adquirir verdadeira relevância. De facto, mesmo que se possa objectar não ter A.S. efectuado investigação arquivística - utilizando geralmente fontes já publicados (L. Oliveira Ramos) -, se ao que fica dito acrescentarmos ter sido ele o “fundador da história económica em Portugal”, concluiremos com Luís Chaves (1991): «Alberto Sampaio foi fundamentalmente um historiador, com a mais alta compreensão do sentido integral da história. E outro não foi o pensamento orientador da sua pesquisa, exposição e interpretação dos factos de história». Por isso mesmo, o seu legado historiográfico não obstante não ter tido ainda a divulgação que merecia-, tem vindo a dar os seus frutos, como revelam as obras de uma plêiade considerável de investigadores, o que já foi devidamente destacado (J. Viriato Capela).

BIBLIOGRAFIA

- Actas do Congresso Histórico 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio*,
Câmara Municipal de Guimarães, 1995;
- Jorge Alarcão, «Os problemas da origem da sobrevivência das *Villae Romanas*
no Norte do País», *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste*
Peninsular, vol. III, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento/Revista de
Guimarães, 1980, p.171-179;
- António Rafael Amaro, «Alberto Sampaio e a historiografia portuguesa
contemporânea», *Revista Portuguesa de História*, t. XXX, 1995, p.137-
175;
- José Viriato Capela, «Alberto Sampaio e a alternativa paroquial», *Revista de*
Guimarães, vol. 102, 1992, p.411-443;
- Luís Chaves, «Alberto Sampaio na História de Portugal», *Novidades*, de
25.05.1941;
- Correspondência inédita de Alberto Sampaio para Joaquim de Araújo, Martins*
Sarmiento, Abade de Tagilde e Luís de Magalhães (Revista de
Guimarães, vol. LI, nº 3, tiragem especial, 1941);
- Correspondência inédita de Alberto Sampaio para Rocha Peixoto*. Comentada
e anotada por Manuel Monteiro, *Revista de Guimarães*, sep. do vol. LI,
nº 4, 1941);
- Emília Sampaio Nóvoa de Faria, *Exposição. A Biblioteca de Alberto Sampaio*,
Câmara de Vila Nova de Famalicão/Fundação Copertino de Miranda,
Apoio Família de Alberto Sampaio, 1991;
- «Subsídios para o estudo da Biblioteca de Alberto Sampaio», a publicar no
Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, nº 15
(no prelo);
- Alberto Sampaio, «Alberto Sampaio. 80º aniversário da morte do Historiador»,
Boletim Cultural, Câmara Municipal de V.N. de Famalicão, 8, 1988,
p.125-138;
- Barroso da Fonte, *O pensamento e a obra de Alberto Sampaio*, Braga, 1997
(Diss. de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, mimeog.);

- Franz Paul-Langhans (textos seleccionados por), *Alberto Sampaio, o historiador das instituições rurais*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1942;
- João Marques, «Alberto Sampaio - Teoria e prática de um historiador», *Actas do Congresso 150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, 1995, p.309-323;
- José Mattoso, «A história das paróquias em Portugal», *Portugal medieval. Novas interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, p.37-56;
- J.J. Meira e Alberto Sampaio, *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães de 1884*, Porto, Tip.A.J. da Silva Teixeira, 1884 (reed. pela Muralha, Guimarães, 1981);
- José Neves Júnior, «Sampaio, Alberto (1841-1908)», Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1968, p.731-734;
- António Nóvoa, «A Sociedade do Raio na Coimbra Académica de 1861-1863», *Congresso Histórico da Universidade. 7º Centenário. Actas*, 3, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso "História da Universidade", 1991, p.277-320;
- Feliciano Ramos, «Alberto Sampaio e a subjectividade das suas interpretações históricas», *Biblos*, vol. XXI, t. II, 1945, p.395-416;
- Rui Ramos, «As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins», *Análise Social*, 4ª série, vol. XXXII (140), 1997(1º), p.113-141;
- Revista de Guimarães*, vol. 102, 1992;
- Vítor de Sá, *Alberto Sampaio, ontem e hoje*, Guimarães, 1981. Sep.das «Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada»;
- Alberto Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos*. Com prefácio de Luíz de Magalhães, 2vols., Porto, Livraria Chardron, 1923 (2ªed., com prefácio de Maria José Trindade, Lisboa, Ed. Vega, 1979);
- «Antero de Quental (Recordações)», *Antero de Quental. In Memoriam*, Porto, Mathieu Lugan, Editor, 1896, p.9-29;
- António Sardinha, *O valor da Raça. Introdução a uma campanha nacional*, Lisboa, Almeida Miranda & Sousa, Editores, 1915;

Torquato de Sousa Soares, «Alberto Sampaio», *Revista Portuguesa de História*, t.2, 1943, p.539-556;
«À memória de Alberto Sampaio», *Revista de Guimarães*, vol. LXV, nºs 1-2, 1956, p.241-281.